



PARLAMENTO EUROPEU

2009 - 2014

Comissão do Desenvolvimento Regional

22.12.2009

COMUNICAÇÃO AOS MEMBROS

Assunto: Audição de Johannes Hahn, Comissário indigitado responsável pela
Política Regional

Submetem-se à atenção dos Senhores Deputados, em anexo, as respostas apresentadas por escrito que nos foram enviadas por Johannes Hahn.

O Secretariado

CM\800390PT.doc

PE431.136v01-00

PT

Unida na diversidade

PT

RESPOSTAS DO COMISSÁRIO INDIGITADO

Johannes HAHN

(Política Regional)

AO QUESTIONÁRIO DO PARLAMENTO EUROPEU

Competência geral, empenho europeu e independência pessoal

- 1. Quais são os aspectos das suas qualificações e experiência pessoais que considera particularmente relevantes para vir a ser Comissário e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? Quais são as suas motivações? Que garantias de independência pode dar ao Parlamento Europeu e como tenciona assegurar que nenhuma das suas actividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?**

Durante toda a minha carreira profissional e política, foi sempre no quadro mais amplo da Europa e da União Europeia que se inseriu o meu trabalho. Empenhei-me na ideia de uma Europa unida sem fronteiras, desde o início da minha actividade política. Pertenci a um grupo de jovens políticos do Partido Popular Austríaco, que foram os primeiros a defender a adesão da Áustria às Comunidades Europeias no início da década de 1980. Organizámos debates em toda a Áustria e conseguimos persuadir o partido sobre as vantagens de aderir à CE e de dar início a um percurso proeuropeu de modo inequívoco.

Disponho de uma longa experiência como político a nível regional. Durante largos anos, fui membro, primeiramente, da Assembleia Regional de Viena, e mais tarde, do Governo Regional desta cidade. Ao exercer essas funções, trabalhei em particular com questões relacionadas com a saúde e a cultura.

Enquanto Ministro Federal da Ciência e Investigação do Governo austríaco, criei sólidas parcerias regionais e transfronteiriças nestes domínios. Fundei o «Grupo de Salzburgo», um grupo informal de ministros de diversos países da Europa Central e Meridional (PL, CZ, SK, HU, SI, RO, BG, CY, MT e Suíça), com o objectivo de garantir uma coordenação regional mais adequada em matéria de distribuição das infra-estruturas de excelência no domínio da investigação.

Os cidadãos da Europa identificam-se muito com as suas regiões. Estou convicto de que as regiões da Europa desempenham uma importante função de «ponte» entre as actividades das instituições europeias e a vida quotidiana dos cidadãos. Pretendo trabalhar em colaboração com as regiões, em benefício dos seus habitantes e em nome da solidariedade europeia, uma

solidariedade que se constrói através do desenvolvimento.

Estou plenamente ciente das obrigações estabelecidas nos Tratados para assegurar a independência dos membros da Comissão Europeia e profundamente empenhado no cumprimento das mais elevadas normas éticas. Por essa razão, cessei o exercício de todas as actividades enquanto dirigente partidário do grupo vienense do Partido Popular Austríaco e a participação nas comissões do partido em Novembro. Foi designado um presidente interino até à eleição de um novo dirigente partidário. Preenchi a minha Declaração de Interesses e recusarei quaisquer acções que possam pôr em causa a minha independência pessoal. Conheço, igualmente, as disposições dos Tratados e do Código de Conduta dos Comissários, que respeitarei totalmente, e comprometo-me a informar o Presidente da Comissão sobre qualquer situação pessoal e política que possa criar um conflito de interesses em relação às minhas novas funções enquanto membro da Comissão Europeia.

Gestão do pelouro e cooperação com o Parlamento Europeu e as suas comissões

2. De que modo avaliaria o seu papel, enquanto membro do Colégio de Comissários? Em que sentido se consideraria responsável e obrigado a prestar contas, perante o Parlamento, por acções suas ou dos seus serviços?

Enquanto membro indigitado da Comissão, subscrevo inteiramente o princípio da colegialidade, que considero essencial para o funcionamento da Comissão. A colegialidade constitui a base para a adopção de decisões equilibradas, que tenham em conta as diferentes facetas do processo de decisão, e assegura a coerência das nossas políticas e propostas.

No âmbito da competência global da Comissão enquanto Colégio de Comissários, considero-me politicamente responsável e prestarei contas por todas as actividades desenvolvidas pela Direcção-Geral da Política Regional. A prossecução de uma relação profícua entre esta direcção-geral, o meu Gabinete e eu próprio terá como base a criação de laços de lealdade, respeito mútuo e confiança, a transparência e um intercâmbio aberto de informações entre os serviços e o nível político. Esta é uma condição necessária para poder exercer a minha responsabilidade.

Quero reiterar ao Parlamento Europeu a minha disponibilidade para encetar um diálogo político aberto e construtivo sobre quaisquer questões da minha competência. Este diálogo consitui um princípio de boa governação e respeita plenamente a extrema importância do controlo democrático que é exercido pelo Parlamento Europeu.

3. Que compromissos específicos está disposto a assumir em termos de reforço da transparência, de maior cooperação com o Parlamento e as suas comissões, e de seguimento efectivo das posições e solicitações do Parlamento em matéria de iniciativas legislativas, tendo igualmente em conta a entrada em vigor do Tratado de Lisboa? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposto a transmitir ao Parlamento as informações e os documentos, em pé de igualdade com o Conselho?

A relação entre a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu deve basear-se na transparência, na confiança e no respeito mútuos, e na vontade de cooperar em prol dos

interesses dos cidadãos. Comprometo-me a fornecer ao Parlamento Europeu uma informação transparente, como previsto no acordo-quadro que define a relação entre as duas instituições. Uma boa governação requer uma ampla integração das diferentes perspectivas no processo de elaboração das políticas. Assim, apoio inteiramente todos os esforços envidados pela Comissão no sentido de reforçar a transparência da informação destinada igualmente ao grande público.

A cooperação com a Comissão do Desenvolvimento Regional será extremamente importante para o meu trabalho enquanto futuro membro da Comissão Europeia. Tentarei promover um diálogo construtivo com esta comissão e aguardarei com interesse a participação num debate aberto e frutuoso com os seus membros. Além disso, procurarei desenvolver uma relação de confiança mútua entre nós e, naturalmente, estarei também disponível para a realização de reuniões bilaterais e outras formas de comunicação directa. Penso que a audição será uma primeira oportunidade importante para iniciar essa relação de trabalho construtiva com a Comissão do Desenvolvimento Regional.

Vejo o Parlamento Europeu, em geral, e a Comissão do Desenvolvimento Regional, em particular, como parceiros importantes e apreciados para a prossecução do desenvolvimento das políticas neste domínio. Como estabelecido no acordo-quadro, informarei regularmente o Parlamento Europeu sobre as medidas adoptadas na sequência das suas resoluções. Assumo, igualmente, o compromisso de fornecer ao Parlamento Europeu todas as informações e documentação relativas à minha área de competências, como previsto no acordo-quadro.

Perguntas relativas às políticas

4. Quais são as três prioridades principais que tenciona fazer avançar enquanto parte do domínio de competências que lhe é proposto, tendo em conta, se tal for pertinente, a crise financeira, económica e social, bem como as preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável?

A minha primeira prioridade será preparar a futura política de coesão, pós-2013, para as regiões da Europa, num momento em que terão de enfrentar novos desafios e de se adaptar à economia do futuro. Penso que a política de coesão deve abranger toda a UE e respectivas regiões, e trazer benefícios concretos aos seus cidadãos. Esta política é crucial para a UE no seu conjunto e indispensável para realizarmos as nossas ambições comuns. Num período de incerteza gerada pela crise económica e financeira, é essencial restaurar a confiança. A política de coesão aproxima o projecto europeu da vida quotidiana dos cidadãos da UE. Tentarei reforçar a coerência global da intervenção da UE, estabelecendo uma coordenação mais estreita com outras políticas comunitárias e aproximando de forma mais clara a política de coesão e a principal agenda estratégica da União, que apresenta a nossa visão da UE 2020. Reforçarei, também, o sistema de governação da política de coesão, que abrange diferentes níveis, tornando-o mais simples, mais centrado nos resultados e mais eficaz. A tarefa não será fácil. Mas a política de coesão deve continuar a desempenhar um papel importante, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da União e promovendo simultaneamente a integração europeia. Aguardo com expectativa um diálogo muito intenso com o Parlamento Europeu e, em particular, com a Comissão do Desenvolvimento Regional, para definir essa nova política.

A minha segunda prioridade será ajudar os Estados-Membros e as regiões a recuperar eficazmente da crise. Foi por esta razão que a política de coesão assumiu um papel proeminente no Plano de Relançamento da Economia Europeia. Tendo em vista este objectivo e com o apoio do Parlamento Europeu, algumas medidas legislativas e financeiras já foram ou deverão ser brevemente adoptadas. A política de coesão não é, obviamente, o principal instrumento para combater uma crise. Pelo contrário, a sua *raison d'être* e os seus objectivos inscrevem-se, claramente, numa abordagem a longo prazo. Mas é exactamente esta natureza a longo prazo que pode ajudar a combater a recessão a mais curto prazo. Em primeiro lugar, a política de coesão é uma fonte de financiamento estável. Uma vez que os fundos para o período actual serão desembolsados até 2015, os Estados-Membros e as regiões não precisam de se preocupar tanto com o acesso ao financiamento, apesar de enfrentarem outros graves condicionalismos fiscais. Em segundo lugar, a política de coesão também estimula a procura a curto prazo, quando as outras fontes de financiamento correm o risco de esgotar, sem perder de vista o princípio que preconiza uma utilização sustentável dos fundos. Em terceiro lugar, e mais importante ainda, ao ajudar a ultrapassar a crise, a política de coesão contribui para a realização dos objectivos a longo prazo da União Europeia, promovendo o desenvolvimento de economias mais sustentáveis, mais «verdes» e mais baseadas no conhecimento. Trabalharei activamente com os Estados-Membros e as regiões para assegurar a melhor utilização possível dos nossos recursos e comunicarei ao Parlamento Europeu os progressos registados neste domínio.

A minha terceira prioridade consistirá em melhorar a transparência e os mecanismos de controlo na área da política de coesão, de forma a garantir a legalidade e a regularidade das despesas co-financiadas pela UE. Considero que a taxa de erro comunicada pelo Tribunal de Contas Europeu é ainda elevada e que os esforços de redução devem prosseguir, concedendo uma especial atenção às áreas que representam um risco mais elevado. A implementação da abordagem rigorosa estabelecida no quadro do Plano de Acção, para reforçar o papel supervisor da Comissão em relação às acções estruturais, é a forma mais adequada de avançar. Paralelamente, farei todos os esforços para assegurar que os mecanismos de controlo agora reforçados e as medidas de simplificação recentemente adoptadas para o período de 2007-2013 produzam todos os seus efeitos e que o impacto na taxa de erro seja visível o mais rapidamente possível. A este respeito, os resumos anuais constituem um instrumento importante para melhorar a responsabilização por parte dos Estados-Membros no âmbito da gestão partilhada. Conto com a colaboração activa do Parlamento Europeu, no quadro da revisão trienal do Regulamento Financeiro em 2010, para imprimir ainda mais valor acrescentado a estes resumos anuais.

5. Quais são as iniciativas legislativas e não legislativas específicas que tenciona apresentar, e de acordo com que calendário? Que compromissos específicos pode assumir, nomeadamente no que diz respeito às prioridades e solicitações das comissões, apresentadas em anexo, que poderão vir a ser do seu domínio de competências? De que modo garantiria, a título pessoal, a boa qualidade das propostas legislativas?

As iniciativas mais importantes que pretendo levar a cabo incluem:

- o relatório estratégico sobre o contributo dado pela política de coesão à realização da Estratégia de Lisboa;

- uma estratégia comunitária para a Região do Danúbio;
- a avaliação da aplicação da Estratégia do Mar Báltico;
- a futura política de coesão: o 5.º Relatório da Coesão e o novo quadro normativo para o período após 2013; no que se refere à qualidade das propostas legislativas, a aplicação de mecanismos que garantam uma coordenação estreita, quer dentro da Comissão, quer com as outras instituições europeias, incluindo o Parlamento, e outras partes interessadas;
- uma proposta de revisão do regulamento sobre o Fundo de Solidariedade da UE: a este respeito, estou determinado a restabelecer as negociações no Conselho, em colaboração com o Parlamento Europeu;
- e finalmente, a organização regular de debates de alto nível com o Parlamento Europeu e as outras instituições sobre os resultados e o desempenho registados no domínio da política de coesão, com base nos relatórios de avaliação e análise disponíveis.

Sei que algumas destas questões vão ao encontro das vossas prioridades. E embora possa debatê-las ulteriormente de uma forma mais aprofundada, incluindo aquando da audição, gostaria de tecer, desde já, um certo número de considerações pessoais sobre algumas dessas questões.

Acredito firmemente que a coordenação entre os diferentes níveis de governação e diferentes domínios políticos é um mecanismo essencial para a realização das prioridades da UE. A política de coesão oferece um sistema de governação único e moderno, a vários níveis, que valoriza e explora o conhecimento local e regional, articulando-o com a linha estratégica da UE, e coordena as intervenções dos diferentes níveis de governação. No futuro, este sistema deverá ser reforçado, procurando também alargar o papel dos agentes regionais e locais.

A política de coesão deve ser importante para todo o território da União. O Tratado reconhece que a dimensão regional das políticas da UE é central para a realização dos seus principais objectivos e não limita a intervenção da política de coesão às regiões mais pobres. Este princípio foi reforçado pela introdução da noção de coesão territorial. É evidente que é essencial para a competitividade da União apoiar o trabalho de todas as regiões, tendo em conta a necessidade de adaptação aos desafios globais e o risco de perder competitividade, empregos e coesão social. Finalmente, o impacto da Estratégia de Lisboa foi prejudicado pela fraca identificação e compreensão desta visão da UE aos níveis local e regional. Para garantir o êxito da iniciativa sucessora, a Estratégia UE 2020, será necessário mobilizar todos os cidadãos da UE. Penso que a política de coesão é, nesse sentido, uma política de desenvolvimento.

O princípio da adicionalidade é crucial para manter a função estrutural da política de coesão. Sem este princípio, a política de coesão seria uma mera transferência, com a diluição dos recursos nos orçamentos dos Estados-Membros e a sua utilização para outros fins. Nessa situação, seria difícil justificar uma política estrutural, e mesmo regional, a nível europeu. Além disso, dessa forma não seria possível gerar qualquer valor acrescentado europeu que não fosse financeiro, o que suscitaria enormes pressões relativamente ao orçamento destinado à política de coesão.

Tenho consciência de que esta política é por vezes criticada pela sua complexidade. Embora

pretenda abordar seriamente esta questão, os regulamentos de 2007-2013 já introduziram um número considerável de medidas de simplificação, incluindo a redução do número de fundos, o encerramento parcial e a possibilidade de os Estados-Membros estabelecerem os critérios de elegibilidade. As recentes alterações agora trazidas à atenção do Parlamento contribuirão igualmente para o processo de recuperação, ao possibilitarem uma disponibilização mais rápida dos fundos e uma maior simplificação das regras de execução. Em matéria de simplificação, tentaremos igualmente identificar a melhor forma de aplicar o princípio da proporcionalidade no âmbito da política de coesão.

É importante não esquecer que o objectivo da simplificação não é contrário a uma boa gestão financeira. A simplificação não significa um afrouxamento das regras que asseguram a legalidade e a regularidade das despesas da UE. Tenciono tomar medidas rigorosas com o objectivo de reduzir a margem de erro.

Acredito que o desenvolvimento ganha consideravelmente com políticas públicas que procuram integrar, em vez de separar, as intervenções no terreno. Esta forma de actuar promove a criação de sinergias, evita uma provisão insuficiente ou excessiva de bens públicos essenciais, garante uma maior coerência da acção pública e previne a produção de resultados contraditórios. Assim, garantirei uma maior utilização de abordagens integradas, tanto a nível do modo de funcionamento da política de coesão, como na relação entre este domínio e as outras políticas da UE.

A experiência revela que o envolvimento das autoridades regionais e locais, e de todas as outras partes interessadas, é um aspecto crucial para o êxito desta política. Contudo, é igualmente verdade que muito deve ainda ser feito para garantir uma participação efectiva e activa, não apenas no processo de preparação e de negociação, mas também nas outras fases da vida dos programas operacionais: na execução, no controlo e na avaliação. É um facto, também, que embora atribua grande importância a esta questão, estou consciente de que, neste domínio, não será fácil impor soluções «de cima para baixo»: uma boa parceria resultará, em última análise, de uma relação de compreensão e confiança mútuas.